



EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA/BA

Elcione de Araújo Silva¹, Débora Araújo da Silva Ferraz², João Francisco da Silva Netto³

¹ Aluna Regular do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade/ UNEB/ Departamento de Educação Campus XIV/ elcione2007@hotmail.com

² Aluna Regular do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade/UNEB/Campus XIV/dell_ferraz@hotmail.com

³Aluno Regular do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial / UEFS/ nettodretiro@hotmail.com

Resumo: Este relato de experiência apresenta como a concepção de Educação do Campo e a Agricultura Familiar são vistas nas escolas rurais e quais os desafios enfrentados no município de Retirolândia/Ba. Assim objetiva analisar as legislações e decretos vigentes, relacionados à Educação do Campo e como a Secretaria de Educação desenvolve políticas públicas para que essa modalidade seja executada. Pensando numa educação do campo contextualizada, percebemos os avanços vivenciados nas escolas rurais, através dos projetos e da formação continuada para professores.

Palavras-chave: Educação do Campo, Agricultura Familiar, Desafios, Avanços.

1. Introdução

Este é o relato de uma experiência constituída por três pesquisadores do município de Retirolândia¹, durante um projeto de extensão da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, sobre os desafios para a concepção de uma Educação do Campo contextualizada. A Educação do Campo tem como objetivo primordial educar o homem para o processo de transformação humana, numa perspectiva de pluralidade cultural e social, intervindo positivamente no meio onde está inserido,

¹ Este município, cuja população é de 14.730 habitantes e área de aproximadamente 243 Km² (IBGE), possui, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,636, constituindo-se, dessa forma, em um município de médio porte, localizando-se no polígono das secas, mais especificamente na região do semiárido baiano, território do sisal - formado por vinte municípios, que compreendem uma área de 21.256.50 km². Com um contingente populacional de aproximadamente 568. 600 habitantes, sendo que, deste total 59,35% vem na zona rural.





podendo assim construir novas referências culturais na dinâmica social.

A Constituição Federal no seu Art. nº 205 aponta que educação é “Direito de todos e dever do Estado”, assim a Educação do Campo emerge para ser promovida e incentivada pela sociedade, onde o sistema de ensino promoverá as adaptações necessárias e adequações, de acordo a vida rural e de cada região. No entanto, não é essa a realidade vivida hoje pelas escolas do campo. O objetivo é traçar metas e promover uma reflexão para a prática encontrada hoje por estas escolas, e o trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que trabalham e vivem do/no campo.

A Educação do Campo é um diálogo apresentado a partir de Políticas Públicas voltadas para o campo, mas que se confunde com Educação Rural. O município de Retirolândia, baseado no censo populacional é um município rural, observando essa parcela da população cogita-se que a mesma viva e estude no campo. Portanto, é possível afirmar que no município de Retirolândia não existe Educação do Campo.

2 Análises e ações de Políticas Públicas que assegurem a Educação do Campo de maneira efetiva no município de Retirolândia/BA

O município conta com três escolas rurais, sendo elas a Maurício Máximo (no povoado de Alecrim), a Daniel Ferreira (no povoado de Gibóia) e a Maria Madalena (no povoado de Laginha). O Parecer nº 01/2006 que normatiza articulação da aprendizagem escolar e aprendizagem no âmbito familiar/comunitário, prova que isso não acontece, tendo em vista que esta metodologia teve o tempo destinado a atividades comunitárias. Isso gera alguns problemas, tais como: o deslocamento, às vezes em transporte inadequado, além de retirar o aluno do seu espaço original de convivência, fazendo com que este perca a sua identidade e compartilhe as experiências de outros lugares.

Na escola rural não existe projeto para a valorização da identidade regional, e os jovens querem sair da sua comunidade para estudar na sede visando acompanhar o desenvolvimento da cidade, porém isso vai contra o que está estabelecido também





no Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010.

Outro problema agravante é a falta de formação e capacitação de professores para atuar especificamente com o campo. O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, constitui-se como uma referência importante na história da Educação do Campo, ao instituir a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, nesse sentido, em Retirrolândia isso também não ocorre e pode-se acrescentar a isso, o fato de que essa política não é valorizada pois sente-se uma rejeição de educação contextualizada (já que aqui não temos escolas do campo, mas escolas rurais) por parte dos próprios professores.

Muitos projetos são incorporados durante o ano letivo, porém nenhum ou raros são inseridos no PPP – Projeto Político Pedagógico escolar para que a valorização do campo seja perpetuada dentro e fora da comunidade rural. Neste conjunto, insere-se o Parecer nº 3/2008, que define orientações para o atendimento da Educação do Campo, e estabelece uma discussão conceitual aperfeiçoando o conceito de Educação do Campo, bem como as Diretrizes Complementares que precisam se fazer presente nesse momento.

Trabalhar com a identidade regional ou local e com a valorização do seu povo é a meta traçada pelos sindicatos, movimentos e associações, além de lideranças juvenis e comunitárias. A efetivação das normas apresentadas significa passos decisivos e imprescindíveis para garantir o direito das populações do campo a uma educação de qualidade.

2.1 Caminhos da intervenção: o fortalecimento da Agricultura Familiar de famílias desses estudantes rurais.

Em 2018, a Secretaria de Educação do Município autoriza a criação da coordenação de Educação do Campo e contrata profissionais para estruturar e





atender os programas de Educação do Campo que o município aderiu, sendo estes o CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) e o Baú de Leitura, em parceria com o Movimento de Organização Comunitária (MOC) – organização não-governamental sediada em Feira de Santana em funcionamento desde outubro de 1967 e responsável pelos projetos citados, além de possuir atuação em diversos territórios do estado da Bahia. Mais adiante essa coordenação cria uma nova sistemática de apoio, monitoramento e avaliação dessas escolas rurais e já em 2019 a 2020, ações também do Programa dinheiro direto da escola (PDDE campo).

O Projeto CAT tem mostrado que é possível desenvolver uma metodologia que valorize os sujeitos com seus diferentes saberes e culturas, como ocorre em 21 municípios, onde o projeto atua com educadores/as e crianças que passam a conhecer sua realidade, analisam os dados obtidos e em seguida, após a construção do conhecimento voltado para a realidade local, apresentam à comunidade os resultados para juntos, escola e comunidade, encontrarem as formas de transformar essa realidade. Já o Baú de Leitura tem a finalidade de difundir práticas de leitura lúdica, valorizando o saber popular e a literatura, de modo a contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes do seu papel sócio-político. Com a nomeação da coordenação municipal os projetos estão sendo desenvolvidos nessas escolas do “campo” – rural, pensando um ensino mais contextualizado, bem como promovendo capacitações para os docentes que atuam nesses espaços, sob forma de formação continuada nas Atividades complementares (ACs) das escolas.

No que concerne às atividades agropecuárias da Agricultura Familiar na região são a criação de caprinos, ovinos, suínos, bovinos e aves, com destaque para a criação de ovinos, caprinos e aves e a apicultura tem crescido muito. O município também se destaca em potencial de melhor aproveitamento e beneficiamento da produção agropecuária local, beneficiamento do sisal (fibra e batedeiras), pois deste é utilizado tanto sua matéria prima quanto os resíduos para ração e adubação.

As hortaliças são vendidas nas feiras, porta-porta, para o PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar, para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos





e na Feira da Agricultura Familiar também. Outro destaque é o mel, existe uma pequena cooperativa e a produção e venda já tem sido desenvolvida.

Os agricultores estão organizados nos sindicatos, associações, cooperativas e grupos de produção (este tem sido a melhor forma de organização de trabalho e produção em grupo). A questão da quantidade de terras no município que ainda é pouca e alguns nem têm. O período de estiagem é um complicador, pois castiga bastante a produção e o pouco acesso de algumas políticas, como ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural (só existem 02 técnicos no município, cada um só acompanha 90 famílias). Mesmo assim, mais famílias estão com acesso a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf – que faz com que consigam participar de mais políticas.

A feira agroecológica que acontece anualmente é um avanço, mais agricultores com acesso ao PNAE (hoje 09 grupos de produção estão sendo beneficiados) e com o SIM (Selo de Inspeção Municipal), que propicia a regulamentação de alguns abates no município. Já existe uma experiência de abatedouro de aves para uma produção com mais qualidade.

No que tange ao total dos agricultores familiares no município, a média de sindicalizados gira em torno de 10.400, porém, destes, somente estão ativos 6.000 e em dias com o sindicato 600 e os aposentados. Existem duas cooperativas ativas, uma de apicultores com poucos membros e produção de mel e a COOPERGAMA – Cooperativa de Produção de Gameleira com 69 membros produzindo bolo, sequilhos, beiju, iogurte, hortaliças, entre outros. Outro destaque no município tem sido O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que hoje possui 1300 pessoas beneficiadas com o leite e 400 famílias em doação simultânea. Cerca de 9 grupos de produção participam tanto do PAA quanto PNAE. O PNAE compra 60% da agricultura familiar e teve 27 famílias contempladas desde 2017.

3 Conclusão

Em Retirolândia, a Educação no Campo precisa avançar muito, no entanto, é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no





currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes, passos que talvez possam ser norteados a partir dessa nova conjuntura de coordenação local e com o apoio de membros do governo e da sociedade civil que se articulam para a preparação de ações no município, no intuito de expandir o debate e chamar atenção cada vez mais para estas questões.

Durante a jornada pedagógica deste ano, 2020, houve várias conferências para os professores com diversas temáticas, entre elas, pautou-se também a Educação do Campo para contemplar os professores que atuam nessas escolas. Esse espaço foi conduzido por professores da Universidade do Estado da Bahia e Grupos de Pesquisa de Educação do Campo desta universidade, do Campus XIV.

No que tange a Agricultura Familiar é importante frisar que o município tem se destacado. A gestão atual tem valorizado a secretaria com ações e a parceria com sindicatos, grupos e cooperativas. O PNAE teria a obrigatoriedade de comprar 30% e o município compra o dobro. Outra questão importante é a feira agroecológica que segue beneficiando muitas famílias e tendo destaque extremamente relevante todos os anos.

Referências

- BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 agos. 2012. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.**
- CASTRO, Carlos Henrique Silva de. MAGNANI, Luis Henrique. **Memórias de letramentos: vozes do campo**. Diamantina. UFVJM, 2017.
- ESCOBAR, Michele Ortega; JUNIOR, Claudio de Lira Santos; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Cadernos didáticos sobre educação no campo/** Universidade Federal da Bahia, coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Tilton . – Salvador: EDITORA, 2010. 216 p.: il., fig., fotos, quadros.

